

O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, torna público o **JULGAMENTO DOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR** da prova objetiva do PROCESSO SELETIVO de estagiários de Direito destinado ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE (Promotorias da Capital), regido pelo Edital nº 15/2014.

## ÁREA: DIREITO

QUESTÃO	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
<b>14</b>	D	D	<b>IMPROVIDO</b>
<p>A resposta prevista no gabarito preliminar deve ser mantida.</p> <p>A alternativa “C” está incorreta, uma vez que a injúria racial não pode ser considerada equivalente ao crime de racismo.</p> <p>O crime de injúria racial, previsto no Art. 140, § 3º, é crime CONTRA A HONRA. Inexiste crime contra a honra imprescritível.</p> <p>A imprescritibilidade do crime é EXCEPCIONAL, somente admitida pela CONSTITUIÇÃO FEDERAL, no Art. 5º incisos XLII e XLIV. Os crimes de racismo são definidos em lei específica, a de nº 7.716/89, alterada pela Lei 9.459/97.</p> <p>A excepcionalidade da imprescritibilidade constitui garantia fundamental do cidadão, cláusula pétrea portanto, não comportando ampliação, nem por força de Lei, que dirá de interpretação doutrinária isolada.</p> <p>Aceitar interpretação doutrinária em sentido inverso implicaria conferir ao intérprete isolado o poder de rasgar a Constituição. Seria chamar de “pedra” aquilo que a Lei Maior diz que é “madeira”.</p>			

QUESTÃO	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
<b>26</b>	A	X	<b>PROVIDO COM ANULAÇÃO</b>
<p>A questão deve ser anulada por apresentar duas respostas corretas. Além do item “A”, que enuncia um caso de incapacidade absoluta, o item “C” não explicita um exemplo de relativamente incapaz.</p> <p>A embriaguez para que possa ser considerada causa de incapacidade relativa deve revestir-se de habitualidade, imprescindível, portanto, que a embriaguez seja habitual, nos termos do art. 4º, II, do CC/02, para que o indivíduo seja considerado incapaz relativamente.</p>			



Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

QUESTÃO	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
<b>30</b>	C	C	<b>IMPROVIDO</b>

A resposta prevista no gabarito preliminar deve ser mantida.  
A ausência da expressão “enquanto ela durar”, existente no *caput* do art. 1.214 do Código Civil não tem o condão de tornar a assertiva “D” incorreta, porquanto apenas objetiva ressaltar que a percepção dos frutos será considerada válida enquanto a posse durar e não for descaracterizada a boa-fé.

QUESTÃO	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
<b>32</b>	C	C	<b>IMPROVIDO</b>

A resposta prevista no gabarito preliminar deve ser mantida.  
O item III pretendia avaliar dos candidatos conhecimentos relativos à atuação do Ministério Público no processo civil, especificamente quanto à obrigatoriedade de sua intimação dos atos processuais atuando como fiscal da lei. Desse modo, resta indubitado que a assertiva apresenta erro no tocante ao excerto “sendo intimado dos principais atos do processo”, uma vez que nessa situação o Ministério Público deve ser intimado em TODOS os atos processuais, conforme literal disposição do art. 83 do CPC, *in verbis*: “Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público: I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo”.

O resultado da seleção será posteriormente publicado no endereço eletrônico <http://www.escolasuperior.mpse.mp.br>

Aracaju/SE, 05/12/2014.

**Henrique Ribeiro Cardoso**  
Promotor de Justiça  
Diretor-Geral da ESMP em Exercício